

5.

Considerações Finais

A realização deste trabalho nos possibilitou algumas conclusões. Assim apontamos que as Assistentes Sociais entrevistadas para nossa pesquisa demonstraram em suas reflexões que mesmo em meio ao quadro de precarizações, desvalorização e abandono em que a Fundação Leão XIII se encontra, buscam em sua atuação cotidiana superar os seguintes desafios a seguir:

- a) Romper com o assistencialismo que historicamente está relacionada à Fundação Leão XIII e a própria profissão.
- b) Manter o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.
- c) Incentivar a participação dos usuários no espaço institucional.

Deste modo ao abordar o contexto em que a Fundação Leão XIII encontra-se inserida torna-se necessário citar que os anos 1980 e 1990 trouxeram consigo adventos como a globalização da economia e das políticas neoliberais, as quais aprofundaram o processo de pauperização da população brasileira. Outra consequência destes adventos ocorreu no âmbito das políticas de assistência, pois ao priorizar o econômico face ao social, as populações assistidas por estas políticas foram amplamente atingidas, conforme verificado na pesquisa realizada.

Sendo assim, se por um lado temos uma população cada vez mais empobrecida, estando por vezes sua subexistência e de sua família comprometidas, por outro, ao recorrer as instituições de assistência social estes terão acesso a programas que se caracterizam pela focalização e seletividade.

Conforme já mencionamos durante o governo Anthony Garotinho a Fundação Leão XIII teve programas bastante emblemáticos de sua época onde se caracterizavam nitidamente os preceitos da agenda neoliberal: O leite Saúde e o Nutrição 10. No que se refere ao Programa Leite Saúde, este se constituiu em um dos exemplos do desmonte da instituição, pois inicialmente houve uma proposta de trabalho que avançasse na mera questão da doação de leite aos usuários

cadastrados, havendo uma intervenção de cunho sócio educativa por parte das Assistentes Sociais.

No entanto, em seu momento final o programa estava sob responsabilidade de profissionais contratados (terceirizados) da FIA, e assim a Fundação Leão XIII se constituiu em um mero espaço físico no qual suas instalações eram utilizadas para a execução das ações do programa, e se resumia a mera doação de leite para os cadastrados, não estando o Assistente Social presente em qualquer etapa do programa.

Vila Ipiranga foi uma das unidades da Fundação Leão XIII onde o Programa Nutrição 10 foi implementado, sendo que este foi criado em substituição ao Programa Leite Saúde.

O Nutrição 10 tratava-se de mera distribuição de cestas básicas para os usuários, e sua denominação se referia aos seus dez meses de duração, exatamente os que antecederiam as eleições de 2006. Segundo verificado não havia critérios de elegibilidade no que se referia aos beneficiários, muito menos um acompanhamento das famílias atendidas e em algumas situações os moradores de Vila Ipiranga não foram atendidos em detrimento a moradores de outras regiões.

Na segunda metade do governo Rosinha Mateus a Fundação Leão XIII esteve envolvida em escândalos que foram veiculados pelos meios de comunicações e se converteram em processo no Ministério Público, quando o Programa Nutrição 10 estaria sendo usado para fins eleitoreiros (Anexos).

Um aspecto verificado em nossa pesquisa se refere aos também emblemáticos programas de R\$1, 00, nos quais os direitos da população relacionados à alimentação, habitação, remédios, entre outros foram reduzidos ao citado valor, caracterizando um período no qual a política do governo não estava atrelada especificamente a direitos, mas sim a ações explícitas de assistencialismo.

As questões do sucateamento das instituições públicas estiveram presente durante o período do trabalho de campo, vide a situação das instalações da unidade da Fundação Leão XIII que utilizamos enquanto campo de pesquisa.

Assim face ao panorama aqui citado, em suas reflexões, durante todo o processo de entrevista as Assistentes Sociais, quando questionadas sobre o passado da FLXIII se remetiam a uma instituição na qual os funcionários possuíam orgulho em trabalhar “... até porque a gente tinha orgulho de falar, mas

também não era só falar, não é? A gente tinha orgulho porque a gente tinha o que oferecer para comunidade” (AS 1).

E neste aspecto todas se referem a um período em que os trabalhos estavam voltados para os interesses da comunidade, diferente do atual panorama de projetos verticalizados e sem qualquer vínculo com as reais demandas da comunidade.

Também é relevante focalizar a percepção destas profissionais no que se refere ao campo empírico desta pesquisa, tanto no que se relaciona ao que a instituição ofereceu no passado à comunidade, quanto a necessidade em trazer de volta o usuário que “respondia” ao trabalho realizado.

Com relação ao Centro Social Fonseca especificamente, as Assistentes Sociais entrevistadas apontam as mudanças mais significativas ocorridas no Centro:

Quando trabalhava aqui na comunidade, estava dentro da instituição (...) Tem que abrir este espaço novamente para a comunidade (...) Existia grande procura por toda e qualquer atividade, qualquer trabalho proposto dava frutos. (...) a comunidade respondia às atividades oferecidas (AS 2).

Um outro aspecto bastante citado e que não podemos desconsiderar, se refere à questão da criminalidade, o qual foi recorrente nas entrevistas, pois esta se encontra permeando o cotidiano dos profissionais inseridos nos morros e favelas.

Assim, as Assistentes Sociais relatam o que está posto na realidade das favelas brasileiras: a escalada da violência urbana, que no caso do Rio de Janeiro ocorreu na virada dos anos 1970 para 1980, advento este que Souza (2000) compreenderia enquanto uma territorialização do tráfico, ocorrida nos ditos “territórios ilegais” das favelas e essa percepção está presente na fala das profissionais que atuaram no passado e no presente da instituição, conforme expresso:

Eu andava aqui por dentro: não se via nada, não se via arma... O negócio era lá em cima no morro, muito distante. Só que está descendo (...) que se você olhar da janela, muitas vezes você vê coisas aqui em baixo. Está bem visível (AS 1).

Essa situação referente ao tráfico se soma as mazelas desses profissionais que precarizados em suas condições de trabalho e também salariais, se encontram em situações de riscos diários.

Este panorama de escassez no número de formulários resulta em uma situação onde o usuário necessita chegar às cinco, seis da manhã para pegar uma senha que é distribuída pela manhã e no período da tarde.

Atrelado a esse panorama, ainda há o fato de ser uma instituição de assistência, que termina por estar sujeita a manejos políticos, favorecendo as práticas clientelistas e assistencialistas, dando margem ao fisiologismo já tão comum nas comunidades de baixa renda, conforme explicitado a seguir:

Nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternizados e espera-se a lealdade dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são os interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida (Yazbek, 1999, p. 41).

No entanto ao realizar uma análise acerca das propostas apresentadas pelos Assistentes Sociais no sentido de vencer os desafios postos ao profissional no atual contexto verificamos que este objetivo solicita entre outras ações, que o próprio profissional busque refletir acerca de como sua prática profissional viabiliza a superação destes desafios.

E indo mais além é necessário que este profissional busque refletir junto com o seu usuário sobre este processo no sentido de que transcenda a “função” de um mero agente viabilizador ao acesso a serviços de assistência.

Um aspecto a ser considerado durante as entrevistas se referia a proposta das Assistentes Sociais em trazer para o usuário discussões relacionadas às precarizações vivenciadas pela instituição e em que contexto elas ocorrem.

Neste processo, a mobilização da participação social é essencial, visto que há a urgência de que os usuários estejam capacitados para discutir e reivindicar pela melhoria dos serviços nas instituições de assistência, conforme verificamos na fala do Assistente Social a seguir:

Acho que a Fundação poderia ser um pólo aglutinador no sentido de que o morador fosse ouvido, o que ele necessita? Saúde, programa de reforço escolar, articulação com a escola, creche? (AS 2).

Esta proposta está em consonância com uma atuação baseada em legislação pertinente, conforme explicitado no Código de Ética da profissão: “contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” (Art. 5º, alínea a).

Na dimensão de uma atuação pautada em preceitos de participação do usuário, os Assistentes Sociais buscaram se basear na LOAS, objetivando o acesso aos direitos de cidadania. Nesta perspectiva no ano de 1995, os profissionais da Fundação, principalmente os Assistentes Sociais, iniciaram um movimento de mobilização visando pressionar a presidência da instituição pelo reconhecimento da Assistência Social preconizada pela LOAS.

Porém, somente no período de 1998 e 1999, que efetivamente foi assumido um compromisso com a categoria, constituindo-se ainda enquanto uma luta dos servidores da Fundação Leão XIII.

As reflexões oriundas das discussões em torno da adequação da LOAS serviram de subsídios para a implantação de Programas para a Fundação através da Portaria nº 50 de 30/06/99, que estabelece normas para o gerenciamento estratégico e prospectivos dos Programas voltados para a Proteção e Promoção à Família; Atendimento a População de Rua e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Assim concluímos que mesmo com o atual contexto de sucateamento e desmonte em que a instituição se encontra, as Assistentes Sociais da Fundação Leão XIII tem buscado manter a resistência através de estratégias relacionadas ao compromisso destas com os usuários e com sua ética profissional.

No entanto a efetiva superação dos desafios que norteiam o cotidiano de instituições de assistência, a exemplo a Fundação Leão XIII, requer todo um processo de mudanças também a nível macro relacionadas ao retorno do Estado as suas responsabilidades na área social.

No sentido de superar estes desafios torna-se urgente o exercício do protagonismo do profissional do Serviço Social que ultrapasse a esfera da prestação de serviços sociais, sendo necessária sua efetiva atuação no campo do planejamento, gestão e execução de políticas, programas, projetos e serviços sócio-assistenciais.

Conforme defende Paiva (2000), o campo da gestão na atualidade possui especificidades recentes quando relacionado aos processos de enfrentamento da

questão social. Neste sentido a inserção das Assistentes Sociais nas áreas de gestão e planejamento, vai ao encontro das demandas sociais, tanto no que se refere à ampliação do acesso aos direitos sociais, como na identificação da problemática do Estado visto como ineficiente no atual contexto neoliberal.